

A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO BOLSONARO PARA ISRAEL: O JOGO DE DOIS NÍVEIS E A INFLUÊNCIA PENTECOSTAL

Mohammed Nadir¹

Pedro Henrique Thuler de Oliveira²

1. Introdução

Historicamente, sempre foi do interesse da diplomacia brasileira alcançar uma posição de prestígio e respeito no contexto internacional, e o complexo quadro político da região do Oriente Médio foi mais de uma vez utilizado como maneira de alavancar a projeção do Brasil no cenário internacional. Por conta das constantes tensões e antagonismos presentes na região, qualquer movimento diplomático ou econômico deve ser conduzido com extrema cautela e premeditação de forma a não comprometer as relações na região, e ao longo de sua história, pode-se observar que esse zelo pela equidistância figurou nas prioridades do Brasil no cultivo de relacionamentos e parcerias com os países meso-orientais. Durante os governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidente Dilma Rousseff, pode-se observar o crescimento de uma animosidade entre a diplomacia brasileira e a israelense, embora essas animosidades surgissem não por uma incapacidade brasileira, mas pela impossibilidade prática de conciliar os interesses israelenses de um lado, e palestinos, árabes e iranianos do outro. Durante o governo de Jair Messias Bolsonaro, contudo, houve uma desproporcional inversão das balanças que soergue Israel como um ponto de extrema importância na política externa brasileira (PEB), possivelmente segundo apenas aos Estados Unidos de Donald Trump. Neste paralelo, este artigo compreende que a

¹ Universidade Federal do ABC, Santo André, Brasil. E-mail: mohammednadir2010@gmail.com. ORCID: [² Universidade Federal do ABC, Santo André, Brasil. E-mail: pedrohenriquethuler@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-2747-396X>.](https://orcid.org/0000-0001-9213-808X.</p></div><div data-bbox=)

aproximação com Israel não se deu apenas por conta de fatores externos, muito pelo contrário, entende que os fatores domésticos foram fulcrais para determinar a atuação da PEB, sobretudo no que tange aos interesses de atores de denominação (neo)pentecostal na base do governo de Bolsonaro. Far-se-á, portanto, um breve resgate histórico da PEB no que tange às relações com Israel e Oriente Médio, seguida por uma análise da trajetória política de Bolsonaro e dos desdobramentos internos de sua presidência para, na sequência, destrinchar a natureza das pressões domésticas que mobilizaram essa aproximação com Israel, quais os desdobramentos dessa movimentação, e os motivos pelos quais ela não foi bem-sucedida.

2. Contextualização Histórica.

A relação entre Brasil e Israel iniciou-se formalmente com a presidência de Oswaldo Aranha na Assembleia Geral das Nações Unidas de 1947, quando foi aprovada a partilha da Palestina pela Resolução 181, que pavimentou o caminho para o estabelecimento de um estado judaico. Defensor da autodeterminação dos povos, Aranha favoreceu as primeiras interações diplomáticas entre o Brasil e o novo estado israelense, alinhando-se com os Estados Unidos nesse contexto inicial (Casarões e Vigevani 2014).

Apesar da distância geográfica e das diferenças nos interesses nacionais, Brasil e Israel desenvolveram uma relação diplomática consistente. A presença de uma comunidade judaica no Brasil e a participação brasileira nos debates sobre o Oriente Médio contribuíram para essa aproximação. Em 1948, o Brasil apoiou a criação da Comissão de Conciliação para a Palestina, sinalizando sua preocupação com uma solução pacífica para os conflitos regionais entre árabes e judeus (Feldberg 2019).

Nos anos seguintes, o Brasil manteve uma postura de equidistância no Oriente Médio, reconhecendo Israel e trocando embaixadas em Tel Aviv e no Rio de Janeiro em 1952. Em 1956, o país enviou o “Batalhão Suez” para integrar as Forças de Emergência da ONU, consolidando o que Uziel denomina de “multilateralismo de prestígio”, uma política que buscava fortalecer a projeção diplomática brasileira (Uziel 2014).

Esse equilíbrio diplomático começou a mudar em 1967, após a Guerra dos Seis Dias, quando o Brasil apoiou a Resolução 242, que exigia a retirada das tropas israelenses dos territórios ocupados. Em 1974, durante uma visita do ministro libanês Fouad Naffah, o ministro das Relações Exteriores Mário Gibson Barboza afirmou que Israel deveria devolver esses territórios como condição para a paz, uma posição que marcou o compromisso do Brasil com

o respeito à autodeterminação dos povos árabes (Sochaczewski 2014).

Na presidência de Ernesto Geisel (1974-1979), o Brasil adota o “pragmatismo ecumênico responsável”, afastando-se do alinhamento automático com os EUA e buscando um papel mais independente. A postura foi enfatizada pelo chanceler Antônio Azeredo da Silveira na Assembleia Geral da ONU, defendendo a retirada israelense dos territórios ocupados. Essa posição se consolidou em 1975, quando o Brasil votou a favor da Resolução 3379, que qualificava o sionismo como forma de racismo (Spektor 2004).

Durante os governos seguintes, incluindo a redemocratização sob José Sarney, o Brasil manteve apoio à causa palestina, defendendo a criação de um Estado palestino e a retirada israelense dos territórios ocupados. Com a ascensão de Fernando Collor (1990-1992), houve um realinhamento diplomático, e o Brasil anulou seu voto na Resolução 3379, refletindo uma política de aproximação com os EUA e Israel. A decisão de Collor foi reforçada por sua recusa em apoiar a coalizão militar liderada pelos EUA na Guerra do Golfo, em 1991, mantendo a tradição brasileira de não-intervenção (Collor de Mello 2011).

No governo de Fernando Henrique Cardoso, a diplomacia brasileira se expandiu com a presença do chanceler Luiz Felipe Lampreia, que retomou contatos com Israel e a Autoridade Nacional Palestina (ANP). FHC, no entanto, manteve o foco na diplomacia simbólica, incluindo a visita de Yasser Arafat a Brasília, mas sem papel ativo na resolução do conflito (Lampreia 1998).

Com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência, a política externa se tornou mais engajada no Oriente Médio. Lula propôs uma abordagem multilateral e aproximou-se dos países árabes e do Irã, além de se manifestar contra a invasão do Iraque em 2003. Em 2009, o Brasil reconheceu formalmente o Estado Palestino, e a visita de Lula a Israel e à Palestina foi um marco diplomático que reforçou o papel do Brasil como interlocutor no conflito. Sua visita ao Irã, em 2010, e a assinatura do Acordo de Teerã para enriquecimento externo de urânio demonstraram o interesse brasileiro em soluções diplomáticas alternativas (Casarões e Vigevani 2014).

No governo de Dilma Rousseff (2011-2016), a política externa brasileira manteve a posição de apoio a uma solução de dois estados para o conflito. No entanto, o acirramento do conflito em Gaza, em 2014, levou a críticas do governo brasileiro às ações de Israel, incluindo o retorno do embaixador brasileiro em Tel Aviv. O governo de Michel Temer (2016-2018) continuou essa linha, embora em tom mais conciliador, buscando preservar as relações com Israel, sem modificar posições tradicionais, como a condenação dos assentamentos em território palestino (Vigevani e Calandrin 2019).

Com essa continuidade diplomática, Brasil e Israel mantiveram uma relação que oscilou entre o apoio pragmático aos direitos humanos e as parcerias tecnológicas e comerciais, resultando em uma diplomacia que visava tanto a projeção de um “soft power” no cenário internacional quanto a preservação de suas alianças tradicionais.

3. Bolsonaro

Jair Messias Bolsonaro, natural de Glicério, no interior paulista, ingressou na vida política aos 33 anos, quando concorreu ao cargo de vereador no Rio de Janeiro em 1988, pelo Partido Democrata Cristão. Antes disso, havia passado por uma trajetória conturbada no exército, onde alcançou a patente de capitão e ganhou certa notoriedade na imprensa. Em 27 de outubro de 1987, o jornal *Estado de S. Paulo* revelou um suposto plano de Bolsonaro e do capitão Flávio Passos para instalar explosivos em quartéis, caso o Governo Federal não concedesse um aumento salarial às tropas. O episódio veio à tona após um artigo escrito pelo próprio Bolsonaro na revista *Veja*, onde ele expunha publicamente essas demandas salariais (Nascimento et al. 2018). O caso foi levado ao Supremo Tribunal Militar, que o absolveu após divergências entre laudos periciais. Em sua estreia eleitoral, Bolsonaro atraiu apoio de militares e de segmentos ultraconservadores da sociedade carioca. Durante seu mandato, apresentou sete projetos de lei, incluindo um que propunha gratuidade no transporte público para militares (PL 113 de 1989/ C. Municipal do R. de Janeiro). Fora essas iniciativas, seu desempenho na Câmara Municipal foi discreto, sem grande destaque na mídia.

Em 1991, Jair Bolsonaro foi eleito deputado federal, voltando a atrair o olhar da mídia no ano seguinte após organizar a Marcha Pela Dignidade da Família Militar, que reuniu 800 mulheres de militares em Brasília para pleitear o reajuste salarial da categoria, evento este no qual dirigiu insultos ao ministro do exército da época, Carlos Tinoco (F. de S. Paulo 1992). Foi durante seu mandato como deputado federal que Bolsonaro começou a calcar para si cada vez mais espaço nos veículos de comunicação através de ataques às mais diversas figuras públicas; além de Tinoco, as tiradas de Bolsonaro tiveram como alvo outros deputados, membros da igreja católica, e outras figuras políticas como os presidentes Fernando Henrique e Luiz Inácio Lula da Silva. O minucioso estudo das aparições midiáticas de Jair Bolsonaro publicado pela revista PLURAL em 2018 relaciona o polemismo do deputado a um maior respaldo midiático:

Ao longo dos 30 anos de matérias, as agressões verbais compõem uma parte considerável da imagem pública do deputado. Geralmente, após a publicação da matéria noticiando o insulto, surgem cartas de leitores, colunas de opinião e reportagens sobre o “andamento da queixa e/ou do processo”. Deste modo, as polêmicas desencadeadas por insultos terminam por alimentar a visibilidade, parecendo forjar uma espécie de “estilo” que se tornou uma das marcas mais características da imagem pública do deputado. (Nascimento et al. 2018, p. 37)

O esforço de Bolsonaro de se manter relevante na mídia através das citadas declarações agressivas e retumbantes foi caracterizado pelo que o jornalista e político estadunidense Sidney Blumenthal conceitualizou como “campanha permanente”, isto é: o desenvolvimento de processos eleitorais de determinado político eleito durante a vigência de seu cargo enquanto fora do período eleitoral (Blumenthal 1980 apud Joathan e Rebouças 2020); ou seja, durante seus anos na política, Bolsonaro estava engajado em uma campanha de reeleição permanente, viabilizando seus mandatos vindouros por meio do espaço o qual esculpiu para si mesmo e seu personagem na mídia. Essa ótica explica as perenidades e inconsistências do presidente ao longo de sua carreira política, sempre posicionado firmemente nas alas conservadoras, mas assumindo diferentes posturas durante sua trajetória.

4. Bolsonarismo

Segundo os historiadores Daniel Aarão Reis Filho e Giovanna Soares, o bolsonarismo é um fenômeno intimamente ligado às transformações da revolução digital, caracterizada pelo avanço técnico-científico que remodelou a sociedade contemporânea. No campo socioeconômico, Reis e Soares destacam a financeirização da economia, a prevalência do capital financeiro e a diminuição do controle estatal frente ao fluxo global de capitais. A difusão das redes sociais e da internet, o enfraquecimento dos movimentos operários, o aumento das desigualdades e a ascensão de grupos identitários e reacionários são outros traços que permeiam essa nova dinâmica social (Reis e Soares 2020).

Na esfera política, surgiram fenômenos como a elitização das instituições democráticas, o fortalecimento de uma cultura cínica e apolítica, e a crescente influência das mídias sociais em eleições. No Brasil, os governos de Lula e Dilma, embora responsáveis por avanços sociais, adotaram uma postura conciliatória em relação ao capital financeiro e às forças religiosas

conservadoras. Observa-se, ainda, a ascensão global de um nacionalismo reacionário e antidemocrático, marcado pela defesa de valores conservadores e pela articulação de diferentes correntes de direita – das tradicionais às fundamentalistas religiosas e às neofascistas e autoritárias (Reis e Soares 2020).

Para Reis, o bolsonarismo reflete o desenvolvimento desse movimento reacionário no Brasil, possuindo, no entanto, suas particularidades. Ele divide o germe do bolsonarismo em dois períodos: o primeiro, do Estado Novo à Ditadura Militar, onde ficou clara a incapacidade brasileira de contestar o autoritarismo, tanto no momento quanto em retrospectiva; e o segundo, da Nova República até as eleições de 2018, evidenciando a aristocratização da esfera política, polarizada entre PT e PSDB, culminando numa eleição marcada pela ausência de uma oposição efetiva, agravada pela insistência de setores de esquerda na candidatura de Lula até o limite da sua inelegibilidade, e na incapacidade mútua da articulação de uma esquerda viável por Ciro Gomes e Fernando Haddad.

O período eleitoral de 2018 foi crucial para a definição do bolsonarismo. Nessa época, destacaram-se a desconfiança em relação ao sistema de urnas eletrônicas, o sentimento antipetista exacerbado, e o ativismo digital de direita, que mobilizou o pânico moral em torno de questões de gênero e sexualidade. Esse contexto foi intensificado pela derrota de Aécio Neves em 2014, que lançou dúvidas sobre a segurança das urnas, resultando no pedido de auditoria do PSDB ao TSE. Embora o processo tenha confirmado a lisura das eleições, a suspeita persistiu, e ganhou força novamente em 2018 e 2020, particularmente entre os apoiadores de Bolsonaro (GI 2014; Ruediger et al. 2022).

De acordo com Reis, a Nova República representava uma promessa fracassada. A estrutura política, dominada pelo PT e PSDB, parecia estagnada e incapaz de responder às demandas populares por melhorias nos serviços públicos, segurança e combate à corrupção, como demonstraram as manifestações de junho de 2013. O desgaste dessa configuração política fomentou um desejo de mudança radical, direcionado contra o PT, que era visto como símbolo de imobilidade. Esse sentimento de antipetismo canalizou-se em diferentes direções: para Ciro Gomes, Geraldo Alckmin e, de forma mais expressiva, para Jair Bolsonaro, que emergiu como o principal desafiante à ordem estabelecida (Reis e Soares 2020).

A campanha de 2018 evidenciou a centralidade das redes sociais, como WhatsApp e Telegram, na disseminação de conteúdo político, especialmente entre os apoiadores de Bolsonaro. Muitos desses conteúdos assumiam tom religioso, associando a candidatura de Bolsonaro a uma defesa de valores

cristãos tradicionais e promovendo o pânico moral sobre temas ligados a direitos de minorias. A Frente Parlamentar Evangélica frequentemente se posicionava contra os direitos LGBTQIA +, em defesa de uma concepção de família tradicional, enquanto notícias falsas reforçaram essa agenda (Coelho, Dias e Maranhão 2018).

Outro ponto mobilizado pela campanha de Bolsonaro foi o uso da situação econômica de países como Venezuela e Argentina como exemplos do que poderia ocorrer no Brasil sob um governo petista. Esse argumento simplificava as crises enfrentadas por esses países, associando-as a políticas de esquerda, enquanto ignorava os fracassos de políticas neoliberais em outras nações da América Latina (BBC 2022; GI 2019).

Assim, a campanha de Bolsonaro em 2018 capitalizou tensões sociais latentes e consolidou sua figura como solução para tais dilemas, promovendo uma narrativa que apresentou o bolsonarismo como fenômeno não apenas brasileiro, mas parte de uma onda reacionária internacional. Desde 2010, a América Latina vivia o fim da chamada “Onda Roja”, com a ascensão de lideranças conservadoras em diversos países. Esse cenário fortaleceu o conservadorismo político e religioso, além de levar à suspensão de pautas sexuais e reprodutivas, com marginalizados sendo retratados como adversários do Estado (Biroli, Vaggione e Machado 2020).

5. Trajetória Política dos Pentecostais no Brasil: As Três Ondas

Para realizar uma trajetória da política dos pentecostais no Brasil, antes se deve fazer uma caracterização das chamadas três ondas do pentecostalismo, a primeira, da década de 1910, representada pela Assembléia de Deus; a segunda, da década de 50 e 60, representada pelas Quadrangular, Brasil Para Cristo, e Deus é Amor; e a terceira, que se fortalece nos anos 80, representada pelas denominações da Igreja Universal do Reino de Deus, e a Igreja Internacional da Graça de Deus (Freston 1993).

Na primeira onda, observamos a trajetória da Assembléia de Deus (AD), de raiz sueca e nordestina. Em sua origem, em 1911, tinha caráter de baixa escolaridade e erudição teológica, anti-intelectualista, e com pouca ênfase na ascensão sócio-econômica, pois surge de missionários escandinavos marginalizados e periféricos, Daniel Berg e Adolf Gunnar Vingren. A AD foi bastante rápida em se expandir, possuindo sedes em todos os estados brasileiros já por volta de 1933, e no Distrito Federal em 1956. Essa rápida expansão, além das características trazidas pelos missionários suecos, solidificou-a como uma igreja popular e de extensão nacional por excelência,

o que será refletido sobretudo nas eleições de 1986, que serão analisadas futuramente (Castro 2020; Freston 1993).

Na segunda onda, iniciada por meados dos anos 50 é, segundo Freston, uma onda de eixo paulista, iniciada pela Igreja do Evangelho Quadrangular (1951, com origem nas práticas de Aimee Semple McPherson, pregadora canadense). A IEQ foi quem estabeleceu as regras do jogo para a segunda onda, com cultos ainda mais carismáticos, maior domínio dos meios de comunicação em massa como o rádio e os jornais, e uma menor chancela de repreensão moral, mais adequada à sociedade dos grandes centros urbanos. Na sequência, e em grande medida inspirado pela IEQ, surgiu a igreja Brasil Para Cristo no ano de 1955-1956, primeira das grandes igrejas pentecostais fundada por um brasileiro, Manoel de Mello, intensificou ainda mais a participação midiática dos pentecostais, lotando estádios, e sendo a primeiro a indicar representantes para o congresso, com o deputado federal Levy Tavares, que atuou de 1962 a 1970, e o deputado estadual Geraldino Santos, de 1966 a 1974, ambos podem ser considerados os primeiros deputados eleitos como representantes evangélicos na história do país (Freston 1993). Por fim, na segunda onda e, ainda citando Freston, verdadeira precursora da terceira, temos a Igreja Pentecostal Deus é Amor (IPDA), fundada em 1962 por David Miranda, a IPDA apela para as parcelas mais vulneráveis da população urbana, não só em termos monetários como também psíquicos, sendo muito voltada à cura e recuperação de alcoólatras e dependentes químicos em parte por seu código de conduta extremamente rígido com proibição ao álcool, jogos de azar, porte de armas, e certas vestimentas, todos com punições estipuladas (Freston 1993); o autor ainda elenca similitudes entre as práticas da IPDA e da vindoura Iurd.

“Vários elementos antecipam a Igreja Universal do Reino de Deus: as obreiras uniformizadas, as entrevistas com demônios, o grito de “queima” para fazer o demônio sair de sua morada. Mas é a versão amadora, pobre e culturalmente ultrapassada(...) Esta é, em muitos motivos, a precursora da terceira onda pentecostal, mas cronológica e sociologicamente pertence à segunda onda”. (Freston 1993, p. 93)

Ao final dos anos 70, viu-se surgir no Brasil a terceira onda do pentecostalismo, chamada também neopentecostalismo, marcada pela fundação da Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd) em 1977, e a Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD) em 1980, fundadas respectivamente por Edir Macedo e seu cunhado, R. R. Soares, após uma ruptura interna dentro da Iurd. As novas igrejas, que vieram a testemunhar seu crescimento

na década de 80, surgem em um cenário de urbanização mais acirrada, de novos desenvolvimentos no ramo da comunicação, crise econômica e, no contexto carioca onde ambas se originam, a coexistência com bicheiros. Tais elementos, aliados ao fato de que, em contrapartida com a segunda e sobretudo com a primeira onda, a terceira tinha em seu centro pessoas de um estrato social e de escolaridade mais elevado, fizeram com que o neopentecostalismo adquirisse muita tração num cenário de avanço do neoliberalismo no Brasil (Freston 1993).

Castro elenca elementos importantes do neopentecostalismo, dentre os quais: A construção de fortes lideranças religiosas, a utilização dos meios de comunicação em massa, e a pregação centrada na vitória do bem sobre o mal, intensificação na batalha contra o Mal (Diabo), ênfase na Teologia da Prosperidade, participação política ativa, e construção da igreja com moldes empresariais. (Castro 2020), além disso, o neopentecostalismo também é marcado por hibridismo e simbolismo que até então eram ausentes nas ondas anteriores, com diversas celebrações simbólicas, e até mesmo a apropriação de elementos da espiritualidade popular, sendo mais maleável e tendo, portanto, um maior apelo a uma parcela social mais ampla. A última colocação se torna ainda mais notória quando se compara com as ondas que a antecederam, na qual os líderes das igrejas não tinham tal inclinação, ou mesmo o conhecimento necessário para a adequação definitiva da igreja a um contexto empresarial político e econômico; Manoel de Mello falhou ao tentar transformar a BPC em algo além de uma Igreja, e sim um movimento; e David Miranda, a despeito de seus investimentos, não rompeu com a lógica da IPDA como um negócio de família; já Edir Macedo foi extremamente eficiente não só na estruturação interna da Iurd, como também na diversificação de seus investimentos, que marca a gestão efetiva da Iurd como uma verdadeira empresa.

Outro elemento marcante para o entendimento da terceira onda é a chamada Teologia da Prosperidade é uma doutrina religiosa de origem estadunidense que equaciona a recompensa e a abundância material à prática fiel da religião, ao mesmo tempo em que relaciona a pobreza e a miséria com o pecado, ou seja, a prática que vê a riqueza não apenas como recompensa, mas como sintoma da fé, e a pobreza como o seu oposto (Garrard-Burnett 2011).

6. Articulação política: A “Bancada Evangélica” na Assembléia Nacional Constituinte

Até ANC, e com a exceção de Manoel de Mello e a BPC, o

pentecostalismo era marcado por um acentuado apoliticismo e uma proibição da participação na vida pública, por ser considerada uma coisa “do mundo”, que poderia interferir com o ascetismo de seus fiéis, como escreveu Bruna Saraguy Dantas:

O pentecostalismo clássico sempre adotou uma lógica binária, dualista e maniqueísta, quando tratava da relação entre religião e política. Em sua perspectiva, ambas as esferas deveriam permanecer afastadas em razão de suas naturezas serem absolutamente opostas e excludentes. Enquanto a religião cristã aparecia como representante do bem supremo, a política institucional era encarada como o mal, propagador da corrupção e perversidade. (Dantas 2011, p. 22)

A despeito disso, a inserção dos evangélicos na política passou a ocorrer, com ênfase, em 1986, quando ocorreram as primeiras eleições de representantes oficiais de igrejas evangélicas. Essas eleições foram marcadas por uma mudança na forma pentecostal de pensar a política, não mais devendo evitá-la, mas com a intenção de levar a moral cristã para dentro da instituição, a fim de purificá-la e instrumentalizá-la como uma ferramenta a serviço de Deus (Dantas, 2011). As eleições de 1986 inauguraram uma nova fase na política religiosa brasileira, e uma multiplicação sem precedentes dos representantes evangélicos no legislativo, saltando de um total de 3 parlamentares entre os anos de 1933 e 1987, para 27 parlamentares entre 1987 e 1992. Ou seja, em 5 anos, a representação aumentou por um fator de 9. (Freston 1993)

Para Freston, os precursores dessa mudança traziam consigo um novo perfil político, de escolaridade média inferior, raízes sociais de classe baixa e média-baixa, além de uma porcentagem relativamente considerável de pretos e pardos; não somente, outro elemento de importâncias nas candidaturas evangélicas é o fato que, diferentemente do catolicismo o qual viam como um adversário no espaço público, os políticos pentecostais tinham suas candidaturas marcadas e moldadas ao redor de suas confissões políticas, na medida que os parlamentares católicos, apesar de majoritários, não posicionaram o catolicismo no encabeçamento de sua vida pública, as candidaturas pentecostais eram, em ampla consideração, candidaturas religiosas, e não candidaturas de candidatos religiosos. Nos mandatos pós 1987, é possível ver um protagonismo maior de parlamentares pentecostais históricos, sobretudo da Assembléia de Deus, o que em si já implica numa grande dispersão territorial destes candidatos. Tais candidaturas podem ser compreendidas não como o fruto de alguma alteração teológica dentro das denominações, mas como a tentativa de uma conciliação de contradições, na

qual o pentecostalismo no Brasil é ainda, de certa forma, novo, e as dinâmicas de poder dentro das igrejas não se encontram tão cristalizadas como são, por exemplo, dentro do catolicismo, logo, o ingresso na política por parte dos evangélicos foi uma tentativa de, através das posições como figura pública, conferir maior legitimidade e estrutura às posições dentro da igreja, a se dizer, uma tentativa de profissionalizar o ramo eclesiástico pentecostal.

Como um adendo, outra via que a vida pública concedia acesso era, também, a mídia, sobretudo a televisão, e como pode-se observar em fenômenos presentes até mesmo os dias atuais, a presença na mídia televisiva frequentemente se equaciona em capital político, a citar dentro do pentecostalismo o bispo Edir Macedo, e fora deste, o ex-presidente Bolsonaro, ambos em suas respectivas maneiras sendo capazes de angariar respaldo político por conta de sua marcada presença nos meios de comunicação.

Outros dois elementos que Freston coloca como motivadores do grande surgimento pentecostal na política são ambos de enfrentamento. O primeiro, a competição com o catolicismo pelo posto de religião de massa, em busca de recursos públicos que fomentassem sua posição no espaço civil; e o segundo sendo o enfrentamento àquilo que era visto, tanto àquela época quanto nos tempos hodiernos, como ameaçador à família. Esses pleitos encontraram sucesso por uma questão contextual, a grande massa até então desmobilizada de evangélicos, um cenário de “abertura das comportas” de eleitorado represado com a redemocratização, e o otimismo da Nova República.

Com seu ingresso na política, formou-se a “bancada evangélica”³ que se articulava, de forma ampla, em duas frentes: social e econômica. Socialmente tem-se o que é conhecido como defesa da família, contudo, esse rótulo guarda-chuva omite a complexidade dessa defesa, uma vez que a família é “o principal meio da socialização na visão minoritária de mundo e meio de conservação através das gerações”. (Freston 1993, 236) O que essa defesa da família implicava, na prática, era a oposição a uma maior abrangência legal do aborto, uma “defesa” contra os avanços dos direitos das identidades sexuais minoritárias (homossexuais), oposição praticamente total ao divórcio (93% dos evangélicos eleitos), e a defesa da liberdade religiosa, medida que Freston vê como simbólica vez que se opunha a duas elites políticas inexistentes, uma católica que buscava a repressão do pentecostalismo, e uma ateia que buscava a extinção da religião de maneira geral. No setor econômico, existia uma clara oposição a medidas anticapitalistas. A isso Freston atribui a própria dinâmica da ascensão social pentecostal, na qual os pastores atribuem seu sucesso ao regime econômico que assim os favoreceu, enquanto muitos fiéis

3 Bancada é a denominação para um agrupamento informal de parlamentares, tanto da câmara quanto do congresso, que representa interesses específicos. (Câmara dos Deputados)

observaram uma mudança de vida para melhor que, em perspectiva, se opõe a um meio social mais igualitário. Aqui usamos a palavra “perspectiva” pois realmente trata-se de um ponto de vista, uma vez que os frequentadores das igrejas são oriundos de classes sociais mais pobres, aqueles que ascendem socialmente após a conversão vêem-se cercados pela pobreza, logo crendo que um meio social mais equitativo resultaria no seu rebaixamento. Ou seja, logo de saída já é possível ver um alinhamento do pentecostalismo político ao conservadorismo.⁴

O relativo sucesso dessa bancada inspirou um certo otimismo no projeto político pentecostal. Freston cita a inclusão de Deus na Constituição, ampliação das liberdades religiosas - a qual o autor vê como uma vitória simbólica -, e a manutenção do ensino religioso no currículo, assim como a rejeição da categoria “orientação sexual”, da pena de morte e do voto distrital; entretanto, também menciona a derrota da bancada na questão do aborto e do divórcio (Freston 1993).

O supracitado sucesso inspirou uma grande onda de candidatos pentecostais na próxima eleição, em 1990, esse grande lançamento de candidaturas, contudo, gerou uma grande dispersão de votos e, portanto, uma relativa queda no número de candidatos eleitos (Dantas, 2011). Fato comprovado pela análise de Freston, que observou que, apesar da representação da AD permanecer igual com 12 candidatos eleitos (5 reeleições, 4 suplentes, e 3 novos eleitos), a votação dos eleitos caiu em 40%, e 35% se comparado com a média de votos de candidatos de todas as denominações pentecostais, o autor também atribui outros fatores para essa relativa queda, com a perda de fôlego do ânimo da constituinte, e o corporativismo superestimado da base eleitoral evangélica, que sendo também sujeita às tendências sociais, incorreu em um grande número de abstenções e votos nulos para os deputados.

A única denominação que de fato aumentou sua representação nas eleições de 1990 foi a Iurd, que lançou um novo modelo de candidatura baseado no lançamento de poucos candidatos oficiais por estado, como forma de não diluir os votos (Sanches 1999 apud Dantas 2011). Esse modelo foi adotado por outras igrejas, que passaram também a concentrar seus votos em candidatos que, anteriormente, ocupavam posições de destaque dentro das mesmas e passou a ser, de fato, a regra do jogo no que tange às candidaturas pentecostais pelas décadas vindouras.

7. A Frente Parlamentar Evangélica

4 Vale destacar que mesmo à época existiam representantes de uma esquerda evangélica na câmara, como Lysâneas Maciel e Benedita da Silva (Melo, 2021)

Por meio do Ato n. 69/2005, a mesa diretora da Câmara dos Deputados criou o registro de frentes parlamentares, definidas como “associação suprapartidária de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo Federal, destinada a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade” (Brasil, 2005). Esses grupos formais são voltados para temas específicos e podem incluir tanto senadores quanto deputados, sendo que um mesmo parlamentar pode integrar várias frentes simultaneamente. A Frente Parlamentar Evangélica, por exemplo, é composta por membros do Senado e da Câmara e tem como propósito promover e defender pautas ligadas às causas evangélicas, como a isenção tributária para igrejas, concessão de passaportes diplomáticos a seus membros, alinhamento entre política e discurso religioso, ensino religioso obrigatório nas escolas, além da oposição ao aborto, casamento homoafetivo e divórcio (Castro, 2020).

Como mencionado anteriormente, já durante a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), os parlamentares evangélicos se mobilizavam em defesa dessas pautas, mesmo antes da criação formal das Frentes Parlamentares, por meio de grupos informais. Esses grupos eram chamados de “bancadas”, termo que continua sendo usado até hoje de forma não oficial (ex.: bancada evangélica, bancada ruralista, entre outras). Vale destacar que no Congresso também existem as chamadas “bancadas partidárias”, que não devem ser confundidas com as agremiações informais. Dantas, em entrevistas com parlamentares, esclarece as distinções entre “frente parlamentar” e “bancada partidária”: enquanto as frentes são organizações suprapartidárias voltadas para debates específicos, como no caso da FPE, que se foca em questões morais e religiosas, as bancadas partidárias são formadas por integrantes de um mesmo partido e têm como objetivo discutir questões ideológicas. Assim, a FPE se configura como um espaço de discussão religiosa entre seus membros, enquanto as bancadas partidárias se concentram exclusivamente em temas políticos internos a suas legendas.

Em 2005, a mesa diretora estabeleceu uma regulamentação para oficializar as Frentes Parlamentares, motivada pela proliferação de bancadas informais na política brasileira. No entanto, os evangélicos já haviam se antecipado a essa medida, criando oficialmente uma frente parlamentar em 2003. O objetivo era coordenar e organizar as ações dos muitos representantes evangélicos no legislativo, que até então atuavam de maneira dispersa. Assim, a Frente Parlamentar Evangélica surgiu como um meio de estruturar e articular suas iniciativas de forma mais eficaz.

Segundo Damares Alves, assessora jurídica, a formalização da Frente Parlamentar Evangélica deu origem à organização e sistematização

das atividades e à construção de estratégias de atuação mais eficazes. Desde então, estipulou-se a distribuição das proposituras entre os parlamentares e assessores de modo que cada um ficasse incumbido de acompanhar projetos de lei referentes a determinada temática, sempre de interesse da comunidade evangélica. Ademais, os deputados deveriam liberar seus assessores para fazer o mapeamento de proposições e selecionar aquelas consideradas mais ameaçadoras à ordem moral e aos bons costumes com o propósito de segui-las ao longo de todo processo de tramitação legislativa (Dantas, 2011).

Com a formalização da frente, os processos de organização política e decisória passaram a ocorrer de forma oficial. A FPE ganhou um gabinete próprio, cargos operacionais, diretoria e atribuições claras para cada membro. Entre os cargos, estão as funções de presidente, vice-presidentes, secretários, tesoureiros, coordenadores, assessores jurídicos e legislativos, além de um capelão e assistente de capelania (Dantas, 2011; Frente Parlamentar Evangélica, 2023). Dantas também destaca a importância do aparato jurídico, que agora permite verificar a legalidade das propostas da FPE de maneira mais consistente, da mesma forma que procura deslegitimar propostas contrárias.

A atuação da FPE é mais sutil do que se imagina. Ao contrário dos partidos, a frente não pode exigir obediência ideológica de seus membros. Sua função política é estruturar normas éticas e estabelecer um dever moral que influencia os movimentos sociais. Assim, embora não exija lealdade absoluta, a FPE afeta a aceitação ou rejeição de parlamentares, impactando sobretudo seus próprios integrantes.

Em suma, a Frente Parlamentar Evangélica, formada em 2003, foi em muitas medidas o próximo passo na profissionalização da prática política evangélica, coordenando o poder político dos parlamentares e da moral evangélica, jogando ao mesmo tempo no campo defensivo e ofensivo, e criando pressões que repercutem diretamente na sociedade, sobretudo no que tange à aceitação política de seus integrantes. O poder político evangélico, antes presente de forma diluída e desordenada, congrui-se de forma definitiva como um agente de poder de peso no legislativo brasileiro, embora existam ainda elementos de informalidade.

Delineadas as diferenças, cabe agora descrever a atuação política pentecostal no legislativo. O principal objetivo da FPE é acompanhar e avaliar todos os projetos de lei que tramitam pela câmara, e, dentro de suas capacidades, barrar aqueles que ataquem o projeto de país e a ordenação moral a qual subscreve, reforçando uma noção de “vigilância”, na qual é dever dos parlamentares zelar de forma ostensiva pela barragem de projetos que atentem contra os ditos valores cristãos, através da observação e de uma atenção persecutória, quase policial (Dantas, 2020).

Esse trabalho de vigilância é possibilitado por meio do corpo assessorial da FPE, um trabalho descrito como ininterrupto, na qual os projetos de interesse são barrados e combatidos em todas as etapas da legislatura. Isso demonstra que a atuação da FPE foi, por muito tempo, defensiva, buscando não uma atuação política propositiva, mas sim visando o entrave e engavetamento de projetos de lei progressistas, um “domo de ferro” legal. Todavia, a partir de 2018, a dinâmica se altera, e os pentecostais assumem uma postura propositiva. Citando a declaração do deputado federal pelo Rio de Janeiro, Sóstenes Cavalcante, à época filiado ao DEM, hoje PL: “Agora, ao invés de segurar a pauta da esquerda, a esquerda que trate de obstruir para segurar os nossos projetos. O jogo se inverteu”; (Marini e Carvalho 2018). Isto é, a alteração na conjuntura política observada em 2018 empoderou a FPE de tal forma que, na retórica mobilizada por Cavalcante, “Davi virou Golias”, num contexto de arrancada das direitas ao poder, da derrota e fragilização das esquerdas, da discursiva combativa de Bolsonaro que em muito pautou o tom do debate político durante seu mandato, e do ingresso dos evangélicos em peso não mais nas franjas, mas no centro do poder político brasileiro.

Ao longo de sua trajetória política, a Bancada Evangélica e futuramente a FPE manobrou habilmente através de diversas alianças. Logo na gênese, demonstraram apoio às forças da direita, apoiando a candidatura de Fernando Collor; na sequência, demonstraram um movimento discreto ao apoiarem as alas liberais e a candidatura de Fernando Henrique Cardoso; após, tiveram um deslocamento em conjunção com a centro-esquerda, apoiando os governos Lula e Dilma; e por fim, voltando-se contra a centro-esquerda ao apoiar o impeachment da presidente Dilma Rousseff (Camurça 2020), quando então assentaram-se com firmeza na direita, apoiando o governo de Michel Temer e, com ênfase, consolidando uma forte base de apoio ao governo Bolsonaro. Vale citar também a presença do poder político evangélico nas candidaturas em instâncias menores do poder executivo, dentre as quais Camurça destaca: a candidatura de Paulo Maluf para prefeitura de São Paulo em 1992; em 1994 apoiaram Mário Covas, Márcio Allencar e Paulo Souto para o governo de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, respectivamente; e em 1998, José Serra, Sérgio Cabral Filho, e Antônio Imbassahy para as prefeituras de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Isto aponta para a já citada tendência que as forças políticas pentecostais têm de persistir no cenário político, atravessando governos inteiros, mas até então mantendo-se às beiradas do poder.

Essa persistência se deu através de dois fatores. O primeiro sendo o grau de penetração evangélica nas mais variadas legendas, vez que candidatos incluíam em suas legendas um grande número de representantes pentecostais, a fim de conquistar o voto dos fiéis; e o segundo, pela relativa

flexibilidade discursiva da política pentecostal, que permitia que integrassem diversas agremiações, até mesmo as de antigos adversários, sem suscitar um alto grau de reprovação.

Um fato marcante sobre a atuação política dos evangélicos é que, politicamente, sempre foram definidos menos pelas suas proposições, as quais mantiveram-se relativamente consistentes, e mais pelas suas oposições, que foram ao longo dos anos, se metamorfoseando. Em seu ingresso, na constituinte, eram oposição a uma elite política católica e ateia (e, segundo Freston, inexistente); subsequentemente, durante a eleição de Collor e posteriormente de Fernando Henrique, eram oposição à “ameaça comunista” que permeava o Brasil, então concentrada na demonizada figura de Lula; após, numa tendência que persiste até hoje, são oposição às feministas, LGBTQs+, militantes negros, indígenas e o “marxismo cultural”. Em contrapartida, as pautas as quais defendiam permaneceram, em linhas gerais, as mesmas: defesa da liberdade religiosa, isenção tributária, inserção do ensino religioso, entre outras que já discutimos.

8. Israel para os Pentecostais

Israel, uma região de grande importância para as religiões abraâmicas, é também objeto de forte apoio entre os parlamentares evangélicos do Brasil, especialmente após a criação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), em 2003. Embora inicialmente a relevância de Israel para as denominações pentecostais possa parecer secundária, esses parlamentares têm mostrado amplo respaldo às políticas do Estado judeu e têm defendido uma aproximação entre Brasil e Israel, enxergando o país como um modelo de desenvolvimento, tecnologia, democracia e tolerância. Para isso, a FPE, junto a entidades como a Confederação dos Conselhos de Pastores do Brasil (Concepab), a Associação dos Parlamentares Evangélicos do Brasil (Apeb) e o Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política (Fenasp), têm promovido comícios e visitas regulares à embaixada israelense no Brasil, reforçando laços de amizade entre as duas nações (Gonçalves 2015).

Em 2007, foi instituída a Frente Parlamentar Cristã Brasil-Israel pela Paz (Frenpazbril), contando com 214 parlamentares e visando ampliar a participação do legislativo brasileiro em ações de diplomacia parlamentar por meio de fóruns e organizações internacionais, incluindo a ONU e a Organização Mundial do Comércio. O requerimento de criação da Frenpazbril também sugeria consultas periódicas entre os Congressos brasileiro e israelense, com o objetivo de promover a paz e a tolerância, especialmente na

área do Oriente Médio (Requerimento Frenpazbril 2007, 1-3).

Esse apoio contínuo a Israel reflete o interesse das forças pentecostais brasileiras em fortalecer a aliança com o país. Com a crescente participação de representantes pentecostais na esfera política e uma base eleitoral evangélica substancial, bem como o alinhamento da FPE com os projetos políticos dos Estados Unidos e de Donald Trump, as pressões sobre o governo Bolsonaro para estreitar laços com Israel aumentaram significativamente.

No aspecto religioso, Israel é considerada a “terra prometida” e, na visão cristã, uma terra abençoada habitada por um povo favorecido por Deus. Para os evangélicos, apoiar Israel é um dever moral, fundamentado, segundo o teólogo José Barbosa Júnior, na corrente dispensacionalista, uma teologia originada nos Estados Unidos que associa a história de Israel a eventos escatológicos e ao cumprimento profético, atribuindo à nação um papel central no plano divino (Barbosa Júnior 2019). Conforme expõe Maynard, o dispensacionalismo organiza a cronologia bíblica em “dispensações”, períodos em que Israel desempenha papel primordial. Muitas igrejas pentecostais que adotam essa perspectiva teológica, portanto, colocam Israel no centro de sua doutrina (Maynard 2016).

Maynard também argumenta que o dispensacionalismo ganhou força nas igrejas evangélicas brasileiras, em especial entre os neopentecostais, no contexto de um processo de secularização que afetou significativamente o catolicismo. Esse fenômeno gerou um fluxo de ex-católicos para o evangelismo, incentivando as igrejas pentecostais a desenvolverem símbolos e rituais que contrastassem com a tradição católica. Esse movimento levou a uma “judaização” dos cultos pentecostais, que incorporaram símbolos judaicos, como a Estrela de Davi, a menorá e o shofar, em resposta a essa demanda por identidade simbólica entre os novos adeptos. (Maynard 2016) Marta Francisca Topel observa ainda a presença de itens como o talit e réplicas da Arca da Aliança, entre outros, em cerimônias pentecostais. (Topel 2011)

Assim, o dispensacionalismo sustenta a adoção da simbologia judaica entre os pentecostais brasileiros, consolidando um tipo de sionismo cristão que fortalece o sentimento de aliança com Israel. Essa visão simbólica mútua contribui para uma identidade religiosa que combina elementos evangélicos e judaicos.

No Brasil, essa afinidade sionista manifestou-se em manifestações de apoio ao presidente Bolsonaro, nas quais as bandeiras de Israel eram exibidas ao lado das do Brasil e dos Estados Unidos. Esse alinhamento com Israel carrega também uma dimensão política, servindo como oposição direta ao histórico apoio das esquerdas à Palestina, especialmente durante os governos de Lula, alinhados à Organização para a Libertação da Palestina de Yasser

Arafat, tema abordado em capítulos seguintes. O sionismo no contexto brasileiro, portanto, se enquadra em uma lógica de polarização – “nós contra eles” – reforçada pela perspectiva conservadora e pela visão religiosa do pentecostalismo político dominante.

9. Turismo Religioso e Soft Power Israelense

Michel Gherman (2009) observa que, a partir do segundo milênio, a presença de igrejas evangélicas brasileiras em Israel aumentou, com destaque para a Congregação Cristã no Brasil (CCB), associada à primeira onda do pentecostalismo, e a Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd), representante da terceira onda. Segundo seus sites oficiais, a CCB possui apenas uma sede em Israel, localizada na Cidade Velha de Jerusalém, enquanto a Iurd possui duas, em Tel Aviv e Nazaré. Essa expansão internacional das igrejas brasileiras é parte de um projeto bem estruturado, não apenas de evangelização, mas também de diplomacia, alinhando-se ao crescimento das relações entre Brasil e Israel e à importância de Israel na prática dispensacionalista, fortalecendo, assim, a identificação entre evangélicos e judeus. Conforme divulgado em seus respectivos sites, a Iurd está presente em 97 países, e a CCB em 87, consolidando a internacionalização das sedes brasileiras.

Em termos de turismo, observa-se um número crescente de brasileiros visitando Israel, conforme dados do Ministério do Turismo de Israel, apresentados na tabela abaixo.

Tabela 1: Número de brasileiros visitando Israel

Year	Total (in thousands)	Growth compared to the previous year
2017	54,8	3,9 (7,7%)
2018	62,5	7,7 (14,5%)
2019	82,1	19,6 (31,4%)
2020	13,4	-68,7 (-83,7%)
2021	68	54,6 (407,5 %)

Fonte: Israel Ministry of Tourism

A queda acentuada em 2020 é atribuída à pandemia de COVID-19, que reduziu as viagens internacionais em razão dos protocolos de segurança e isolamento social. Segundo a Organização Mundial do Turismo (UNWTO), a pandemia provocou uma queda de 73% no turismo global; ainda assim, em 2021, o número de turistas brasileiros em Israel superou os de 2018.

Em uma análise detalhada sobre o turismo evangélico brasileiro em Israel, Magno Paganelli de Souza (2018) destaca a “profissionalização da atividade turística” e os interesses econômicos dos grupos pentecostais em Israel. Segundo Souza, as primeiras caravanas organizadas por pastores brasileiros ocorreram nas décadas de 1960 e 1970, com um aumento significativo nas décadas de 1980 e 1990, em parte devido à estabilidade trazida pelo Plano Real. Ubiratan Martins, fundador da agência US Travel, relatou em entrevista que as caravanas, inicialmente formadas por pastores que buscavam uma compreensão teológica aprofundada em Israel, hoje consistem principalmente em grupos de fiéis liderados por pastores, que determinam o itinerário de acordo com o perfil do grupo (Souza 2018).

Para manter o fluxo turístico, o Ministério do Turismo de Israel oferece incentivos como “marketing contínuo”, “construção de submarcas”, “turismo de nicho” e “incentivos financeiros a companhias aéreas que criam novas rotas para Israel” (Souza 2018, p. 304). Parcerias com operadoras de turismo especializadas no mercado de caravanas, como as empresas brasileiras

Terra Santa Viagens, El Gibor e Hebrom, também são incentivadas; as duas primeiras possuem o selo do Ministério do Turismo de Israel em seus sites. Israel investe ainda em influenciadores: dados de 2017 indicam que mais de 3000 produtores de conteúdo, blogueiros e celebridades foram contratados para promover a imagem do país.

Souza também investigou o custo das caravanas, constatando que, em 2016, o valor para uma excursão de 12 dias chegava a R\$9.500 por pessoa, o equivalente a aproximadamente US\$2.932 com a taxa de câmbio da época. Em uma atualização de novembro de 2021, verificou-se que as operadoras mantêm o preço em dólares, e os pacotes mais acessíveis ficam em torno de US\$3.000 (R\$14.605,80). A recente instabilidade entre Israel e Gaza resultou no cancelamento de várias caravanas, com a última excursão programada pela empresa Hebrom para fevereiro de 2024.

O Ministério do Turismo de Israel também prioriza o mercado latino-americano, oferecendo apoio a produções de filmes e documentários que são gravados no país, como o filme “Nada a Perder”, uma cinebiografia do líder da Iurd, Edir Macedo, segundo Souza. O país utiliza o turismo para promover o “soft power”, posicionando os turistas como “embaixadores” da narrativa israelense, especialmente no contexto do conflito com Gaza.

Assim, conclui-se que os grupos pentecostais brasileiros envolvidos em caravanas religiosas estabelecem uma relação simbiótica com o Ministério do Turismo de Israel. Eles recebem incentivos para organizar essas excursões, que são vendidas aos fiéis, gerando lucros e fortalecendo o soft power de Israel. As caravanas religiosas a Israel representam, portanto, um meio lucrativo e eficaz de disseminação da influência israelense, beneficiando tanto o turismo do país quanto os operadores de turismo religioso brasileiros.

10. Fenômeno Messiânico

Neste estudo, “fenômeno messiânico” refere-se aos elementos religiosos que atravessam tanto a campanha quanto o mandato de Jair Bolsonaro como presidente da República. Para compreender essa faceta do bolsonarismo, é necessário definir os conceitos de “messianismo” e “populismo”.

Lísias Nogueira Negrão explica o messianismo como a crença em um salvador, que pode ser Deus ou um enviado divino, cuja vinda traria o fim de uma ordem vista como opressiva, instaurando uma nova era de justiça. Já o movimento messiânico envolve uma mobilização coletiva que busca realizar essa nova ordem sob a liderança de um líder carismático (Negrão 2001, 119).

Em síntese, o messianismo é uma crença, enquanto o movimento messiânico é o resultado prático dessa crença, uma ação coletiva para concretizar a nova ordem. Essa mobilização frequentemente se associa à escatologia, o que é pertinente para entender os elementos messiânicos presentes no governo Bolsonaro.

Por outro lado, o populismo possui diversas abordagens. Adotaremos aqui o conceito de “populismo autoritário” de Margaret Canovan. Para Canovan, o líder populista autoritário é caracterizado por seu carisma e sua tentativa de se afastar das elites intelectuais e do próprio sistema político, buscando apelar aos sentimentos reacionários da população, posicionando-se como representante contra o sistema estabelecido (Canovan 1999). Assim, o populismo autoritário é uma configuração política em que um líder carismático e anti-intelectualista angaria apoio ao intensificar o descontentamento do povo em relação ao sistema, do qual ele próprio faz parte, ainda que se distancie discursivamente.

Os movimentos messiânicos e o populismo autoritário convergem no alto grau de personalismo, ambos centrados no carisma e na personalidade de um líder. Além disso, compartilham uma visão de um “além”, um estado definitivo a ser alcançado. Para o movimento messiânico, esse estado seria o “escaton”, uma nova ordem divina; para o populismo autoritário, representa uma promessa de ordem política onde a corrupção seria eliminada. No movimento messiânico, a ascensão de um líder emerge de baixo para cima, com uma comunidade que legitima o carisma do líder; no populismo autoritário, o movimento ocorre de cima para baixo, com o líder atraindo seguidores por meio de seu discurso e personalidade.

Em 2018, o Brasil reunia condições propícias para a convergência dessas duas forças. Politicamente, havia uma grande insatisfação com a Nova República, um cenário de elitismo na política e ausência de alternância de poder, enquanto o fortalecimento das direitas globalmente intensificava a coesão entre grupos heterogêneos. No plano messiânico, as denominações pentecostais, principalmente o neopentecostalismo, alcançaram forte influência social e política, sem ainda possuir um representante de perfil conservador que conciliasse elementos de carisma e autoridade sob a ótica judaico-cristã. Bolsonaro então surgiu como figura que se encaixava, e foi encaixado, na narrativa messiânica por seus apoiadores (Reis e Soares 2020).

Vale ressaltar que, embora os movimentos messiânicos brasileiros mais conhecidos, como Canudos e Contestado, tenham ocorrido em contextos rurais e católicos há mais de um século, o país também foi palco de fenômenos messiânicos urbanos, com elementos de variadas crenças, como o grupo de Aladino Félix na década de 1960, que misturava esoterismo

e judaísmo, e os “Borboletas Azuis” nos anos 1970, em Campina Grande, que integravam catolicismo tradicional com espiritismo (Negrão 2001). Tais exemplos demonstram que o messianismo, ainda que mais raro, permanece no imaginário brasileiro.

Em torno de Bolsonaro, seus seguidores criaram a imagem do “mito” através das mídias sociais, com um discurso moralista e de segurança pública que distinguia o “cidadão de bem” do “bandido”. O primeiro era retratado como trabalhador oprimido pela corrupção sistêmica, personificada no antipetismo; o segundo, como representante da velha política e inimigo das tradições e valores da sociedade (Ferreira Dias 2020). No movimento evangélico, o apoio a Bolsonaro foi reforçado pela oposição histórica ao Partido dos Trabalhadores (PT) e a grupos progressistas, especialmente em relação a minorias raciais, sexuais e de gênero. Esse projeto evangélico incorporou simbolismo judaico em apoio a Bolsonaro, consolidando uma base de apoio sólida que incluía elementos da teologia dispensacionalista, uma doutrina escatológica alinhada ao populismo e ao messianismo.

O fenômeno messiânico no bolsonarismo, portanto, resulta da convergência entre o carisma autoritário e o messianismo emergente. Bolsonaro se tornou o representante de uma reestruturação radical em um cenário de insatisfação e polarização, e o movimento messiânico, presente no imaginário popular e impulsionado pelos pentecostais, agregou-se em torno dele, validando sua liderança sob uma perspectiva dispensacionalista.

Estudos recentes investigam os elementos messiânicos no bolsonarismo por meio de diferentes abordagens, como a semiótica (Brito e Lara 2023), a teologia (Bonfim 2020) e a sociologia (Ferreira Dias 2020). Evandro Sousa Bonfim destaca que o carisma de um líder messiânico, embora visto como inato, é uma construção cuidadosamente gerida através da inserção do líder no contexto religioso e do gerenciamento de sua imagem por líderes religiosos que o apoiam. Clebson Luiz Brito e Gláucia Muniz Proença Lara (2023) e João Ferreira Dias (2020) argumentam que, apesar de não ser nova, a presença de elementos religiosos no discurso político assume novos contornos no contexto das novas direitas, integrando diversas ideologias. Esses fenômenos messiânicos podem até ser interpretados como parte de um “reencantamento do mundo” à luz da teoria weberiana, onde líderes seculares assumem a aura carismática de líderes religiosos (Ferreira Dias 2020).

11. Jogo de Dois Níveis

Em 2016, Jair Bolsonaro começou a estreitar laços com líderes

pentecostais, como exemplificado em sua viagem a Israel e no batismo no rio Jordão realizado pelo pastor Everaldo Pereira, presidente do Partido Social Cristão e líder da Assembleia de Deus (Extra 2016). Essa aproximação se consolidou em sua posse, onde contou com a oração do senador e coordenador de campanha Magno Malta e o apoio quase unânime das principais lideranças pentecostais, incluindo Silas Malafaia da Assembleia de Deus, Edir Macedo da Igreja Universal, Valdemiro Santiago da Igreja Mundial do Poder de Deus, e Romildo Soares da Igreja Internacional da Graça de Deus (Camurça 2020). Esse respaldo se refletiu na ocupação de cargos-chave por líderes evangélicos no governo Bolsonaro, como aponta Magali Cunha (2019).

Entre as nomeações, a pastora Damares Alves assumiu o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; o luterano Onyx Lorenzoni ficou responsável pela Casa Civil; o Ministério do Turismo foi conduzido pelo membro da Igreja Maranata, Marcelo Álvaro Antônio; o pastor presbiteriano André Luiz Mendonça ocupou a Advocacia-Geral da União; e o general Luiz Eduardo Ramos, batista, assumiu a chefia da Secretaria de Governo (Cunha 2019).

Com o significativo apoio evangélico, Bolsonaro comprometeu-se a manter uma série de políticas para não contrariar essa base política influente, que, além de ter sido crucial para sua eleição, agora ocupava posições estratégicas no governo. Para analisar essa dinâmica, aplicaremos a teoria de Robert D. Putnam sobre o “Jogo de Dois Níveis”.

O Jogo de Dois Níveis, segundo Putnam (2010), é uma ferramenta analítica que explora as interações entre políticas domésticas e internacionais, e como líderes políticos devem manejar essas esferas para construir uma posição favorável no cenário global enquanto atendem às demandas internas, preservando sua legitimidade e evitando desestabilizações políticas, como impeachment. Putnam argumenta que a política externa não pode ser compreendida isoladamente das pressões domésticas, uma vez que ambas se entrelaçam em um complexo jogo de interesses.

No contexto doméstico, Putnam destaca o conflito constante entre partidos, classes sociais, grupos de interesse, legisladores, opinião pública e o poder Executivo (Putnam 2010, 150). Internacionalmente, o Executivo busca satisfazer os interesses dos grupos que apoiaram sua eleição, frequentemente concedendo-lhes cargos importantes no governo e influenciando a política externa para representar seus interesses. Schutte, Da Fonseca e Carneiro (2019) apontam que, no governo Bolsonaro, embora a composição de ministérios-chave como os da Economia, Agricultura e Minas e Energia tenha mantido similaridade com gestões anteriores, as nomeações de Hamilton Mourão como vice-presidente e de Walter Souza Braga Netto no Ministério da

Defesa evidenciam a forte presença de interesses militares no governo. Esse grupo, historicamente alinhado às elites econômicas nacionais, defende uma política externa voltada para o pragmatismo econômico (Schutte, Da Fonseca e Carneiro 2019, 96).

Os autores identificam uma tensão no governo Bolsonaro entre uma ala pragmática, voltada para a condução econômica tradicional, e outra inspirada pela filosofia política de Olavo de Carvalho, que enxerga a política externa como ferramenta para fortalecer o posicionamento doméstico de Bolsonaro. Essa contradição reflete um embate entre uma política externa pragmática e uma visão ideológica.

Durante o governo Bolsonaro, a dinâmica interna e externa ofereceu um contexto que influenciou suas decisões políticas. Domesticamente, o Brasil vivia uma onda conservadora, caracterizada pela rejeição ao projeto da Nova República e pelo uso estratégico das novas ferramentas de comunicação em massa por forças de direita. Esse clima de aversão à política tradicional criou espaço para um discurso anti-establishment, que Bolsonaro adotou e direcionou aos descontentes com a estrutura republicana. Internacionalmente, o cenário era amplamente dominado pela figura de Donald Trump, presidente dos EUA, cujo governo serviu de modelo e inspiração para várias das ações de Bolsonaro.

A análise das políticas de Bolsonaro permite observar tentativas explícitas de alinhamento com o governo Trump. Em um estudo publicado pela Sul Global em 2021, Thomaz, Vigevani e Ferreira examinaram como o governo Bolsonaro realizou concessões unilaterais aos Estados Unidos, muitas das quais não resultaram em benefícios concretos para o Brasil, reforçando uma postura de subserviência. Dois exemplos destacados foram a fracassada venda da Embraer para a Boeing e a isenção de vistos para cidadãos dos EUA, Canadá, Austrália e Japão.

No caso da Embraer, Bolsonaro abdicou de seu poder de veto para permitir que a negociação com a Boeing prosseguisse, apesar da resistência doméstica, especialmente de setores que viam a venda como uma ameaça à economia nacional e à soberania tecnológica. O acordo foi justificado como uma forma de posicionar a Boeing no setor de aeronaves de pequeno porte, em resposta à parceria entre Bombardier e Airbus. Contudo, o processo foi interrompido em abril de 2020, com a Boeing cancelando a compra e a Embraer sofrendo grandes prejuízos, levando-a a buscar ressarcimento junto ao Centro Internacional para Resolução de Disputas (Thomaz, Vigevani e Ferreira 2021).

Outro exemplo de concessão unilateral foi a isenção de vistos para cidadãos dos EUA, Canadá, Austrália e Japão, conforme o decreto n. 9731, de

2019). A medida foi adotada logo após o presidente Trump impor restrições de vistos a diversas nacionalidades, incluindo brasileiros. Apesar de defensores alegarem que a isenção estimularia o turismo, a decisão foi criticada por romper a tradição de reciprocidade diplomática do Brasil, sendo classificada pelo ex-chanceler Celso Amorim como uma atitude de “complexo de vira-lata” (Amorim, Correio do Povo, 2019).

Para reforçar essa abertura unilateral, Bolsonaro assinou o decreto n. 10269 de 2020, permitindo a entrada do Brasil no programa Global Entry dos EUA, um sistema que facilita a entrada de viajantes frequentes, embora não substitua o visto americano completo. Esse decreto foi visto como uma concessão adicional, pois os brasileiros continuaram a necessitar de visto para entrar nos EUA, e o Global Entry beneficia apenas um público específico (Embaixada e Consulados dos EUA no Brasil 2020). Em maio de 2023, o Brasil revogou a isenção de vistos, com a nova regra entrando em vigor em janeiro de 2024 (Valor Econômico 2023; Folha 2023).

Essas ações indicam os esforços de Bolsonaro para agradar o governo Trump, evidenciando o que Thomaz, Vigevani e Ferreira descrevem como uma adesão à Doutrina Monroe, que reforça a hegemonia dos EUA no continente americano. Para o professor Igor Fuser, o conceito de “diplomacia da subserviência” captura essa postura de dependência, que se manifestou desde os primeiros meses do governo Bolsonaro e se pautou na aproximação incondicional aos EUA de Trump (Fuser 2019).

Fuser observa que, historicamente, a política externa brasileira oscilou entre períodos de autonomia e alinhamento com os interesses de Washington, como na “política externa independente” de Jânio Quadros e no “pragmatismo responsável” de Ernesto Geisel, contrastando com a dependência adotada por Bolsonaro (Fuser 2019, 108). Antecipando que o vínculo com os EUA se esgotaria ao final do mandato de Trump, Fuser identificou decisões que reforçaram essa postura de dependência, como o pedido de ingresso na OCDE, a tentativa de entrada do Brasil na OTAN, o apoio a medidas intervencionistas contra a Venezuela e a entrega da base de Alcântara aos EUA.

A “diplomacia da subserviência” representa um afastamento do multilateralismo e da defesa da soberania nacional, trocados por um alinhamento aos interesses dos EUA. No nível diplomático, o governo Bolsonaro intensificou a aproximação com Israel, refletindo o vínculo entre os EUA e seu maior aliado no Oriente Médio. Assim, o alinhamento com Trump conduziu inevitavelmente a um estreitamento de laços com Israel, mostrando como a política externa brasileira foi moldada por pressões internacionais e domésticas, em consonância com a teoria do Jogo de Dois Níveis de Putnam.

12. PEB no Governo Bolsonaro para Israel

A política externa do governo Bolsonaro foi marcada por diversas quebras com as tradições diplomáticas brasileiras. Segundo Mônica Hirst e Tadeu Maciel (2022), a orientação da política externa brasileira (PEB) sob Bolsonaro se baseou em três pilares que, embora cooperassem em alguns momentos, frequentemente competiam entre si: o núcleo ideológico, dividido entre pentecostais e “olavistas”; a política econômica liberal-conservadora, representada pelo agronegócio e pelo setor financeiro; e o complexo de segurança e defesa, sustentado pelos militares. Na relação Brasil-Israel, o pilar ideológico teve destaque indiscutível.

A proposta de transferir a embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém é um exemplo de decisão orientada por ideologia. Esse movimento foi impulsionado por fortes pressões da base pentecostal, como resposta ao gesto semelhante feito pelos EUA em 2017, sob o governo de Donald Trump. No Brasil, o Grupo Parlamentar Brasil-Israel pressionou para que essa transferência fosse um gesto simbólico de parceria entre os dois países, transformando-se em uma promessa de campanha de Bolsonaro. O presidente chegou a expressar intenção de fechar a embaixada palestina, afirmando que a Palestina “não é um Estado” e, portanto, não teria direito a uma embaixada, em entrevista ao jornal israelense Israel Hayom (Bolsonaro 2018; Schutte, Pidone e Correa 2020).

A ala “olavista” do governo, formada por apoiadores das teorias de Olavo de Carvalho, como o ex-chanceler Ernesto Araújo e os filhos do presidente, Carlos e Eduardo Bolsonaro, também apoiou a transferência da embaixada. Segundo Schutte, Fonseca e Carneiro, o projeto olavista baseia-se na ideia de que o Brasil é uma nação profundamente conservadora e que a alternância regular de poder entre esquerda e direita é uma característica fundamental da democracia, característica que Olavo atribuía exclusivamente aos EUA. Na visão de Olavo, o Brasil só experimentou verdadeira democracia com a eleição de Bolsonaro, representante do conservadorismo “puro e legítimo” (Schutte, Fonseca e Carneiro 2019).

O projeto olavista vê o combate ao globalismo como uma de suas bases centrais, entendendo o globalismo como um sistema que visa a homogeneização cultural, eliminando valores cristãos e a soberania nacional. Para os olavistas, o globalismo é sustentado pelo islamismo, pelo marxismo russo-chinês e pelo capitalismo tecnocrático anticristão. A aproximação com Israel, sob essa perspectiva, é consequência do alinhamento com os EUA, considerados a principal defesa contra o avanço do Oriente — representado pela China, Rússia e islamismo —, onde Israel é visto como a linha de frente

na “defesa ocidental” contra o islamismo (Carvalho 2019 apud Schutte, Fonseca e Carneiro 2019).

Essa postura rompe com a tradição de apoio brasileiro à Palestina e de relações diplomáticas frequentemente tensas com Israel, sintonizando-se com o sentimento antipetista e a polarização política doméstica (Schutte, Fonseca e Carneiro 2019). Entretanto, enquanto os grupos ideológicos apoiavam a transferência da embaixada, outros setores, como os econômicos e militares, manifestaram preocupações. A Liga Árabe criticou a proposta, indicando que a medida poderia ameaçar as lucrativas parcerias comerciais do Brasil com o Oriente Médio, uma região crucial para a exportação de carne de frango brasileira, especialmente a carne halal, na qual o Brasil lidera no mercado global (Saraiva e Costa Silva 2019; Schutte, Pidone e Correa 2020). Em 2022, o Brasil exportou US\$2,9 bilhões em carne de frango para países árabes, valor superior ao total das exportações para Israel, que somaram US\$1,8 bilhão, representando apenas 11% das exportações brasileiras para a região (Comex Stat 2022).

Diante dessas pressões, Bolsonaro recuou, adotando uma postura mais ambígua. Em 2019, Eduardo Bolsonaro inaugurou um escritório comercial brasileiro em Jerusalém, reiterando a intenção de seu pai de transferir a embaixada. No mesmo ano, a Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, organizou um jantar com embaixadores de países árabes e islâmicos, incluindo representantes da Argélia, Egito, Irã, Kuwait e outros, em um esforço para mitigar possíveis danos diplomáticos (Dianni 2019).

Em última análise, o fracasso na transferência da embaixada exemplifica as contradições internas do governo Bolsonaro e demonstra como a aproximação com Israel foi fundamentalmente motivada por questões ideológicas e pelo contexto doméstico, com pressões significativas dos grupos pentecostais e olavistas, cada qual com seus próprios projetos nacionais e visões de mundo.

13. Considerações Finais

A pesquisa mostra que a aproximação entre Brasil e Israel durante o governo Bolsonaro resultou de pressões complexas, tanto internas quanto externas, que se entrelaçam conforme explica a Teoria do Jogo de Dois Níveis. Em uma análise cronológica, nota-se que, tradicionalmente, o Brasil mantinha uma postura de neutralidade entre Israel e Palestina, inclinándose gradualmente ao lado árabe, especialmente nos governos militares e no de Collor, motivado por razões ideológicas e econômicas, pois as relações

comerciais com o mundo árabe eram mais vantajosas do que com Israel. Durante o governo Geisel, essa relação foi reforçada como parte de uma política externa independente dos EUA, enquanto no governo Collor, embora com uma retórica de livre mercado, o Brasil manteve tensões com Israel devido à sua parceria militar com o Iraque, o que o distanciou de uma posição de liderança diplomática no Oriente Médio. No governo FHC, houve uma tentativa de maior envolvimento brasileiro na questão árabe-israelense, prejudicada pelo agravamento das tensões após o 11 de Setembro. Já no governo Lula, a diplomacia brasileira atingiu seu auge de atuação e projeção na região, especialmente no Oriente Médio, intensificando as tensões com Israel; esse cenário persistiu, ainda que de forma reduzida, durante o governo Dilma.

Internamente, além do sentimento antipetista e da desilusão política, a força política dos pentecostais, já amplamente infiltrados nas esferas de poder, foi decisiva para a aproximação com Israel. Com a eleição de Bolsonaro, essas pressões ganharam força, convergindo com o antipetismo e criando um afastamento dos palestinos em favor de Israel, também motivado pela afinidade incondicional do governo com os Estados Unidos e influências ideológicas como as de Olavo de Carvalho.

Apesar do alinhamento ideológico com Israel, o projeto de transferir a embaixada de Tel Aviv para Jerusalém foi barrado por fortes pressões econômicas, especialmente do agronegócio. Este episódio demonstra não só o peso dos interesses econômicos sobre o governo brasileiro, mas também a subordinação das questões ideológicas a esses interesses, com o agronegócio mantendo sua posição dominante, mesmo com a forte retórica ideológica de Bolsonaro.

Referências

- Barbosa, José Júnior. Evangelicals and their “love affair” with Israel. Available at: <<https://jornalistaslivres.org/evangelicos-e-seu-caso-de-amor-com-israel/>>. Accessed on: 22 September. 2023.
- Biroli, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. Gender, neoconservatism and democracy: disputes and setbacks in Latin America. Boitempo Editorial, 2020.
- Bolsonaro says Brazil will move its embassy from Tel Aviv to Jerusalem. G1. Available at: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/11/01/bolsonaro-diz-a-jornal-israelense-que-brasil-transfere-embaixada-de->

- tel-aviv-para-jerusalem.ghml>. Accessed on: 5 Nov. 2023.
- Bonfim, Evandro. The holy spirit and the “king of the end of the world”: transmission of charisma and eschatological iconography in the Bolsonaro government. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religion*, v. 22, 2020.
- Botacini, Guilherme. Lula government extends visa exemption for the USA promoted by Bolsonaro. *Folha de S.Paulo*. Available at: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/08/governo-lula-prorroga-isencao-de-vistos-para-eua-promovida-por-bolsonaro.shtml>>. Accessed on: 24 Oct. 2023.
- Brazil, Chamber of Deputies, REQUEST (From Mr. Dr. Talmir Rodrigues). Requires registration of the Christian Parliamentary Front Brazil - Israel for Peace in the Holy Land, the Middle East and the World (FRENPAZBRIL). October 2007. Available at: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codeor=522121&filename=REQ%201995/2007> Accessed on 20 Jul 2023.
- Brito, Clebson Luiz de; LARA, Glaucia Muniz Proença. Elements of messianism in Jair Bolsonaro’s statements. *DELTA: Documentation of Studies in Theoretical and Applied Linguistics*, v. 39, p. 202339356744, 2023.
- Camurça, Marcelo Ayres. An evangelical power in the Brazilian State? electoral mobilization, parliamentary performance and presence in the Bolsonaro government. *NUPEM Magazine*, v. 12, no. 25, p. 82–104, 2020. Available at: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/5597/3621>. Accessed on Jul 29, 2023.
- Canovan, Margaret. Trust the People! Populism and the Two Faces of Democracy., 47(1), 2-16. *Political Studies Association*, 1999.
- Carvalho, Ana Luiza de; Marini, Luisa. Renewed, the evangelical bench arrives with more strength in the next Congress. *Congress in Focus*. Available at: <https://congressoemfoco.uol.com.br/amp/area/pais/renovada-bancada-evangelica-chega-com-mais-forca-no-proximo-congresso/>. Accessed on: 11 September. 2023.
- Casarões, Guilherme; Vigevani, Tullo. The place of Israel and Palestine in Brazilian foreign policy: anti-Semitism, majority vote or promoter of peace? *History (São Paulo)*, v. 33, p. 150–188, 2014. Available at: <https://www.scielo.br/j/his/a/DVn6PHTMxSmfxzNGtVLGPTr/?lang=pt>. Accessed on September 15, 2022
- Castro, Jurema Aparecida Amado de. *Evangelical Bench: Charisma, Power and Interference of Religious Communication in Political Communication*.

2019. Doctoral thesis. University of Beira Interior (Portugal). Available at: <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/10217>. Accessed on 11 June. 2023.
- Coelho, Fernanda Marina Feitosa; DIAS, Tainah Biela; Maranhão, F. Fake news above all, fake news above all”: Bolsonaro and the “gay kit”, “gender ideology” and the end of the “traditional family”. *Correlatio Electronic Magazine*. São Paulo, vol. 17, no. 02, p. 67-99, 2018.
- Collor de Mello, Fernando. Interview. Brasília, 2011.
- Cunha, Magali Nascimento. “For the government of God”: the insertion of new American fundamentalist movements in the political arena of Brazil during the Trump administration. *Ciencias Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religião*, v. 23, p. e021022, 2021.
- Dantas, Bruna Suruagy do Amaral. Religion and politics: ideology and action of the Evangelical Caucus in the Federal Chamber. 2011. 350 f. Thesis (Doctorate in Psychology) - Pontifical Catholic University of São Paulo, São Paulo, 2011. Available at <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/16946>. Accessed on 20 July. 2023
- Dianni, Claudia. Bolsonaro and Tereza Cristina take action to seek redress against Islamic countries. Collection. Available at: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/04/10/interna_politica,748764/bolsonaro-e-tereza-cristina-fazem-acao-de-desagravo-a-paises-islamicos.shtml>. Accessed on: 12 Nov. 2023.
- Feldberg, Samuel. Israel and Brazil: A Long and Unstable Relationship Part I. *Israel Journal of Foreign Affairs*, v. 13, n. 3, p. 365-376, 2019.
- Ferreira Dias, João. The Messiah has arrived and will free “good people” from the corrupt: political messianism and popular legitimation, the Bolsonaro and André Ventura cases. *Polis: Journal of Legal-Political Studies*, v. 2, no. 2, 2020.
- Freston, Paul. Protestantism and politics in Brazil: from the constituent to impeachment. 1993. 307f. Thesis (doctorate) - State University of Campinas, Institute of Philosophy and Human Sciences, Campinas, SP. Available at: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1581014>. Accessed on: 29 Jul. 2023.
- Fuser, Igor. Subservience diplomacy: foreign policy with Mickey ears. In: Various Authors. *Brazil: Uncertainties and Submission?*. São Paulo, Perseu Abramo Foundation, 2019. p. 105-126. Available at <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/brasil-incertezas-e-submissao/>. Accessed on October 24, 2023
- Garrard-Burnett, Virginia. *The abundant life: The Theology of Prosperity*

- in Latin America. *History: Questions & Debates*, v. 55, no. 2, 2011. Federal University of Paraná, Curitiba, PR. Available at: <http://dx.doi.org/10.5380/his.v55i2.26546>. Accessed on 7 Aug. 2023
- Lampreaia, Luiz Felipe. The foreign policy of the FHC government: continuity and renewal. *Brazilian Journal of International Politics*, v. 41, no. 2, p. 5-17, 1998. Available at: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/YFcDnF8XTFFHSv7gRSZLV8K/?format=pdf&lang=pt>. Accessed on October 30, 2023
- Lula revokes visa exemptions for visitors from Australia, Canada, USA and Japan. *Valor Econômico*. Available at: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/05/03/lula-revoga-dispensa-de-vistos-de-visitantes-da-australia-canada-eua-e-japao.ghtml>>. Accessed on: 24 Oct. 2023.
- Maynard, Cândido Luiz Santos. Dispensationalism and the use of Jewish symbols in evangelical services. 2016. Available at: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/7153/2/CANDIDO_LUIZ_SANTOS_MAYNARD.pdf. Accessed on October 13, 2023.
- Mercosur – Palestine. *Siscomex*. Available at: <<https://www.gov.br/siscomex/pt-br/acordos-comerciais/mercosul-palestina>>. Accessed on: 10 Nov. 2023.
- Nascimento, L. et al. “I don’t say what the people want, I am what the people want.” *Plural - Revista De Ciências Sociais*, v. 25, n.1, p. 135-171, Aug. 2018. Available at <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/149019>. Accessed on April 10, 2023.
- Negrão, Lísias Nogueira. Revisiting messianism in Brazil and prophesying its future. *Brazilian Journal of Social Sciences*, v. 16, p. 119-129, 2001.
- Putnam, R. D., Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. *Journal of Sociology and Politics*, v. 18, no. 36, p. 147-174, jun. 2010. Available at: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200010>. Accessed on October 10, 2022.
- Reis, Guilherme Simões; Soares, Giovanna. Fascism in Brazil: the serpent’s egg hatched. *Development in debate*, v. 5, no. 1, p. 51-71, 2017. Available at: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/download/32164/18223>. Accessed on May 9, 2023.
- Rio de Janeiro (city). City council. Legislative Processing Directorate - Author consultation: Jair Messias Bolsonaro. Matter until 2009. Available at: http://aplicsc.camara.rj.gov.br/scriptcase/sistemas/Spl_ant/Consulta_Autor/. Accessed on April 13, 2023.
- Sanches, Nilton Antônio. The meaning of voting: a study of voting behavior in the 1996 municipal elections. 1999. Thesis (doctorate) - Pontifical

Catholic University, São Paulo, SP.

- Schutte, Giorgio; Pidone, Beatriz; Correa, Matheus. A new priority in foreign policy: Israel. *Observatory of Foreign Policy and International Insertion of Brazil*. UFABC. 2019. Available at: <<https://opeb.org/2019/03/17/uma-nova-prioridade-na-politica-externa-israel/>>. Accessed on: 2 Nov. 2023.
- Schutte, Giorgio Romano; Da Fonseca, Bruno Castro Dias; Carneiro, Gabriel Santos. Two-level game aimed at the electorate: an analysis of Bolsonarist foreign policy. *Global Conjuncture*, v. 8, no. 2, 2019. Available at: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/download/69854/39896>. Accessed on: April 8, 2023.
- Sochaczewski, Monique. Palestine-Israel Controversies in the 1970s and the Birth of Brazilian Transregionalism. In: Vários Autores. *The Middle East and Brazil: perspectives on the New Global South*. Indiana University Press. 2014.
- Souza, Magno Paganelli de. The recent history of Brazilian religious tourism and its role in the Israel-Palestine conflict. 2018. Doctoral Thesis. University of São Paulo.
- Spektor, Matias. Origins and direction of Ecumenical and Responsible Pragmatism (1974-1979). *Brazilian Journal of International Politics*, v. 47, p. 191–222, 2004. Available at: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292004000200007>. Accessed on June 15, 2023
- Thomaz, Lais Forti; Vigevani, Tullo; Ferreira, Elisa Cascão. Bolsonaro's subordinate policy to Trump (2019-2020): Case studies-Embraer, Alcântara, RDT&E and Visas. *Global South*, vol. 2, no. 2, 2021.
- Topel, Marta Francisca. The Unusual Incorporation of Judaism into Brazilian Christian Strands: some reflections. *Brazilian Journal of the History of Religions*, v. 4, no. 10, . Available at: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30382>>. Accessed on: 13 Oct. 2023.
- Uziel, Eduardo. The Security Council, Peacekeeping Operations and the Insertion of Brazil into the United Nations Collective Security Mechanism. Brasília: FUNAG, 2010.
- Vigevani, Tullo; Calandrin, Karina Stange. Brazil's policy toward Israel and Palestine in Dilma Rousseff and Michel Temer's administrations: have there been any shifts? *Brazilian Journal of International Politics*, v. 62, no. 1, p. 0009, 2019.

RESUMO

O governo do presidente Jair Bolsonaro contou com diversas rupturas em relação à tradição política da diplomacia brasileira, e em nenhum aspecto isso ficou tão claro quanto nas mudanças ocorridas na longa relação entre o Brasil e o Estado de Israel. Usando a teoria do Jogo de Dois Níveis de Robert Putnam, este trabalho pretende compreender a influência que as alterações no contexto doméstico acarretadas pela eleição de Bolsonaro motivaram essa aproximação com o Estado de Israel, sobretudo levando em consideração a influência que grupos pentecostais e neopentecostais exerceram ao longo deste processo.

PALAVRAS-CHAVE

Bolsonaro, Israel, Política Externa Brasileira

*Recebido em 9 de fevereiro de 2025
Aprovado em 21 de outubro de 2025*